

O PRÉDIO-SEDE DA POLÍCIA FEDERAL DO RIO GRANDE/RS: REFLEXÕES A PARTIR DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Carmem G. Burgert Schiavon*
Vivian da Silva Paulitsch**

RESUMO

O presente artigo pretende analisar e refletir sobre a realização de uma atividade de Educação Patrimonial, desenvolvida no Prédio-sede da Polícia Federal e, também, nas dependências da Biblioteca Rio-Grandense. O edifício suscita um espaço de histórias e memórias, que revelam a cidade como um locus histórico, social e cultural. Além disso, a materialidade da edificação aborda aspectos significantes, alusivos às relações da sociedade rio-grandina, ideais arquitetônicos do final do século XIX e início do século XX. Nesta esteira, a atividade de Educação Patrimonial delineou-se através da pesquisa histórica, estabelecendo estratégias de intervenção junto à comunidade local, estabelecendo relações cognitivas com o seu patrimônio histórico edificado. Por fim, destacamos que a presente reflexão desta experiência concreta, teve por objetivo não somente a visibilidade a esse patrimônio da cidade mas, a problematização patrimonial a partir de suas histórias e memórias.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; Rio Grande; Prédio Polícia Federal.

ABSTRACT

This article intends to analyze and reflect the realization of a Heritage Education activity, developed at the Federal Police Building and also at the Rio-Grandense Library. The building evokes a space of stories and memories, which reveal the city as a historical, social and cultural locus. Furthermore, the materiality of the building approaches significant aspects, alluding to the relations of rio-grandina society, architectural ideals of the late nineteenth and early twentieth century. In view of that, the Heritage Education activity was outlined through historical research, establishing intervention strategies with the local community, and

* Professora associada do Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (ICHI-FURG). Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). E-mail: cqbschiavon@yahoo.com.br

** Professora associada do Instituto de Letras e Artes da Universidade Federal do Rio Grande (ILA-FURG). Doutora em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: vpaulitsch@gmail.com

cognitive relationships with your built historical monument. Lastly, we emphasize that the present reflection of this concrete experience, aimed not only at the visibility of this city's heritage but patrimonial problematization from its histories and memories.

Keywords: Heritage Education; Rio Grande/RS; Architecture of XIX century.

Palavras iniciais

Este artigo se ocupa em apresentar a análise de uma atividade de Educação Patrimonial, desenvolvida acerca do Prédio-sede da Polícia Federal e, também, nas dependências da Biblioteca Rio-Grandense, em dezembro de 2017; ação integrante do Projeto de Pesquisa intitulado “*Entre ações e projeções: redescobrimo o patrimônio histórico da cidade do Rio Grande*”, realizado por professoras do Instituto de Letras e Artes (ILA) e do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI), da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

A finalidade do Projeto delineou-se através da pesquisa histórica, estabelecendo estratégias de intervenção junto à comunidade local, no âmbito de políticas públicas de acesso à cultura, como um dos pilares do exercício da cidadania, oportunizando à comunidade estabelecer relações cognitivas com o seu patrimônio histórico edificado, compreendendo sua importância para o efetivo desenvolvimento da cidade, em sua diversidade de nuances histórica, social e econômica.

Tais vestígios históricos conferem à cidade do Rio Grande sua primazia na condição de zona de defesa do continente português; tanto por terra, quanto por mar, desde a data da sua fundação, em fevereiro de 1737. Estas características pontuaram a região por longo tempo, passando pelo período da invasão espanhola, de 1763 a 1776, mantendo-se nessa condição durante os mais diversos movimentos revolucionários pelos quais o Brasil passou. Portanto, a qualidade litorânea da cidade, situada no extremo sul do país, entre a Lagoa Mirim, dos Patos e o Oceano Atlântico, conferiu à região, ao longo do tempo, características típicas para a urbanização e industrialização, destacando-se nacional e internacionalmente, em face às atividades portuárias que lhe são típicas.

Nestas condições, a cidade do Rio Grande arregimentou em seu espaço urbano e adjacências¹, um destacado conjunto de

¹ Ilhas dos Marinheiros, do Leonídio, Praia do Cassino, Vila do Povo Novo, Vila da Quinta, 4ª Secção da Barra.

edificações, as quais resultam no seu patrimônio cultural, em consonância com os preceitos destacados por Nabil Bonduki, de que:

A cidade é um receptáculo espacial, repleto de vozes, olhares e cheiros, um palco permanente de manifestações coletivas que são indissociáveis dela. [...] Mas a cidade é, ela própria, um produto cultural vivo e em permanente processo de transformação. Sua implantação, sua relação com o meio físico, seu traçado, sua morfologia, sua arquitetura, seu processo de ocupação e crescimento são elementos indissociáveis da cultura dos povos que a edificaram. (BONDUKI In: GORELIK; PEIXOTO, 2019, p. 7).

Dessa forma, o Projeto de Pesquisa e Extensão denominado “*Entre ações e projeções: redescobrimo o patrimônio histórico da cidade do Rio Grande*”², capitaneado pelos Instituto de Letras e Artes e Instituto de Ciências Humanas e da Informação, da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), objetivava a promoção, no formato da extensão universitária, da divulgação de aspectos históricos da cidade do Rio Grande, face ao atual momento de significativas e emergentes mudanças tecnológicas, capazes de produzirem relações de falsas aproximações sociais e, paradoxalmente, largas distâncias entre as pessoas e seus referenciais históricos e culturais.

Por outro lado, entendemos que a cidade pode ser vista como uma “imagem que se dá a ver e se dá a ler” (POSSAMAI, 2010, p. 209) e que o espaço cidadão pode oportunizar um local para a celebração de vivências e de apropriação do ambiente, por intermédio da sua própria dimensão e das memórias afetivas evocadas. Neste sentido, apresentaremos o histórico da edificação de modo a oportunizarmos uma reflexão sobre o entrelaçamento do seu percurso com a própria história da cidade. Para tanto, buscamos a análise do tema pelo viés da arquitetura, como um universo latente, pleno de possíveis reflexões. A fotografia abaixo, diz respeito a um registro da fachada da edificação, de autoria de John King (s.l. 18-- - s.l. s.d.), atuante fotógrafo do final do século XIX, acerca das obras da Barra e do Porto do Rio Grande.

²O projeto foi desenvolvido no ano de 2017, com uma equipe de discentes voluntários dos Cursos de Artes Visuais, modalidades Licenciatura e Bacharelado em atuações conforme plano de ações do cronograma, quais sejam: organização e montagem da exposição na biblioteca Rio-Grandense – responsável Abad Maeme Kmitta Kichow; montagem da exposição e mediação – Virgilina Edi Gularte dos Santos Fidelis de Palma e Letícia Conceição de Souza; pesquisa do histórico da edificação e arquitetura – Rafael Branco e Letícia Conceição de Souza; desenho da fachada feita por Bhruna Yuki Oshiro.

**Figura 1 – Fotografia de John King, último quartel do século XIX
(em pesquisa)**

Descrição abaixo da foto: Fachada do edifício da Comissão de Melhoramentos do Porto do Rio Grande do Sul



Fonte: Acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

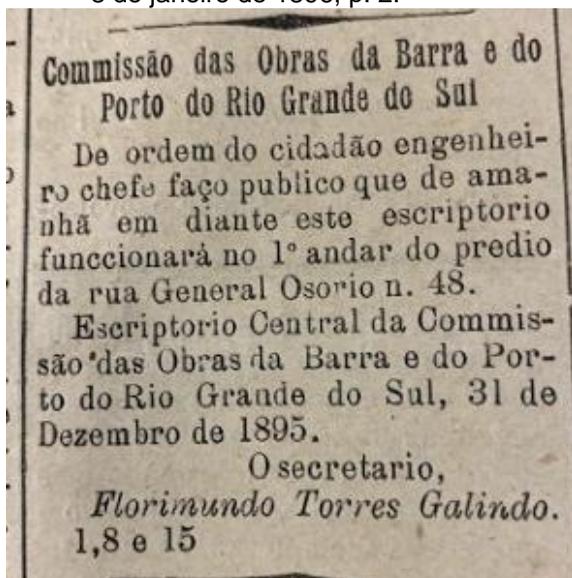
O prédio-sede da atual Polícia Federal apresenta estilo historicista³, com datação indicada na fachada de 1896, e é imponente até o tempo presente; possui dois pavimentos, um anexo e um torreão, sendo que a autoria do projeto encontra-se em pesquisa. A 13 de janeiro de 1883, foi formada a Comissão de Melhoramentos da Barra do Rio Grande do Sul⁴. Em 1891, o edifício foi vendido à Ernesto de Otero, representante da Fazenda Nacional e engenheiro da comissão de Obras da Barra do Rio Grande do Sul

³Para a análise arquitetônica da edificação, a pesquisa debruçou-se na perspectiva do arquiteto brasileiro Günter Weimer, o qual conceitua o Historicismo como um estilo arquitetônico predominantemente, empregado durante o século XIX e a primeira metade do século XX, e que se caracteriza pelo uso de uma linguagem extraída de realizações pretéritas (WEIMER, 2003).

⁴“(…)com o intento de proceder aos estudos necessários para a organização de um projeto definitivo de melhoramento da mesma, ou da abertura de um canal que assegurasse a franca navegação marítima até a cidade do Rio Grande, bem como aos trabalhos de desobstrução da Barra (...). Sob a chefia de Honório Bicalho”. (ALVES, 2008, p. 183).

(CUCHIARA, et al., 1998). A Comissão das Obras da Barra tinha o intuito de realizar o aperfeiçoamento das condições de navegabilidade e foi responsável pelos estudos necessários para a elaboração de um projeto exequível, até o efetivo início das obras de construção dos Molhes da Barra, no século XX. Em 1896, o jornal *Diário do Rio Grande*, noticia que o escritório da Comissão de Obras da Barra e do Porto do Rio Grande do Sul, instalou-se no primeiro andar do prédio, como vemos na imagem, abaixo:

Figura 2 – Notícia do jornal *Diário do Rio Grande*, 8 de janeiro de 1896, p. 2.



Fonte: acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

A materialidade da edificação aborda aspectos significantes, alusivos às relações da sociedade rio-grandina, ideais arquitetônicos do final do século XIX e início do século XX, sob uma perspectiva que abrange desde a desobstrução da Barra do Rio Grande, até a evolução urbana da cidade.

Em fins do século XIX, iniciaram as obras de melhoramento da Barra, resultando numa considerável área aterrada com o material recolhido através da dragagem do canal. Neste aspecto, a planta abaixo nos possibilita observar a relação do edifício com o seu entorno, próximo a outras edificações oficiais, em uma zona que faz

parte da expansão urbana da cidade. Além disso, a planta ilustra a localização do prédio próximo à Intendência Municipal, ao Mercado Público, ao antigo Quartel General 6º G.A.C., ao Canal e ao Ancoradouro da época. O Canal da Barra tinha pouca profundidade e isto dificultava a travessia de embarcações; muitos estudos e medidas foram promovidos durante o Império e primórdios da República, contudo, o problema da desobstrução da Barra foi resolvido somente no século XX, por intermédio da construção dos Molhes da Barra⁵.

Figura 3 – Planta da Rêde de Bonds Elétricos Electricos da Cidade do Rio Grande, 1911



Fonte: Arquivo Público e Histórico Municipal do Rio Grande, setembro de 2017.

O histórico do uso da edificação enquanto obra pública, assim como a tipologia de arquitetura oficial e local de trabalho do corpo técnico, como ilustra a notícia do jornal da época, nos leva ao pensamento de que este lugar de memória está relacionado com a construção dos Molhes da Barra, uma obra de engenharia de extrema importância para o Estado.

A notícia do dia doze de janeiro no jornal *O Artista*, de 1906, informa que todos os esforços estavam sendo feitos para a assinatura do contrato do Engenheiro Corthell⁶ e o governo brasileiro para as

⁵Molhes da Barra (quebra-mar) caracterizam-se uma estrutura marítima composta por barreiras de pedras que adentram no Oceano Atlântico, tendo como função manter constante a profundidade do canal de acesso ao porto da cidade do Rio Grande. Através deste canal embarcações de grande calado trafegam até o porto. Os molhes constituem-se por dois braços de pedras, a leste, no interior do Município de São José do Norte e o braço oeste, no início da praia do Cassino.

⁶Em 1904, o investidor e engenheiro Elmer Lawrence Corthell, propôs ao Governo brasileiro organizar uma empresa que fizesse a construção de um Porto Marítimo na cidade, segundo as exigências existentes em um Decreto de 1869.

obras da abertura da Barra do Rio Grande do Sul. Em 1908, o governo aprovou a transferência deste contrato⁷, sendo assim a “Compagnie Française Du Port de Rio Grande do Sul assumiu as obras, a construção e a exploração do porto do Rio Grande”. Não obstante, atividades na edificação – em análise –, apontam quanto ao contexto histórico, a possibilidade/hipótese (em pesquisa) de ter sediado não somente os escritórios da Comissão da Barramas, também, uma parte do escritório da Cia. Francesa. Após o rompimento do contrato, em 1919, provavelmente, as sucessoras DPNP (1932), DNPR (1943) e Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis DNPVN (1963-1975)⁸, utilizaram as instalações desta edificação.

Figura 4 – Lembrança da Comissão das Obras da Barra e do Porto do Rio Grande do Sul, 1906



Fonte: acervo do Museu do Porto, Rio Grande/RS.

⁷BRASIL. Decreto nº 5.979, de 18 de abril de 1906. Aprova as cláusulas para o contrato das obras de melhoramento da barra do Rio Grande do Sul e das do porto da cidade do Rio Grande. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 7 de set. 1906. BRASIL. Decreto nº 7.007, de 9 de julho de 1908. É concedida autorização à Compagnie Française Du Port de Rio Grande do Sul para funcionar na República com estatutos que apresentou, mediante as cláusulas que a este acompanham, assignadas pelo Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Públicas e ficando a mesma companhia obrigada ao cumprimento das formalidades exigidas pela legislação em vigor. *Jornal Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 2 de julho de 1908.

⁸Segundo CUCHIARA, et al.,1998, p.6(acesso restrito).

A partir de 1975, o edifício assumiu a sede administrativa da Portobrás (Empresa de Portos do Brasil S.A), servindo como residência para o diretor e, ainda, para os engenheiros da empresa e suas respectivas famílias⁹. Posteriormente, já na década dos anos 1990, o edifício assumiu outro tipo de função administrativa, com fins de Polícia Federal. A fachada da edificação possui simetria e ritmo com tradição classicista e foi classificado como de interesse sociocultural, pela Lei Municipal 4556/90 do Rio Grande/RS.

Por outro lado, em termos arquitetônicos, o edifício de dois andares apresenta ático, com presença de balaustrada vazada, que esconde o telhado. A cornija é interrompida na parte central, onde visualizamos um frontão cimbrado interrompido e ressaltado com uma esfera fazendo alusão à bandeira nacional e uma faixa com datação ao centro. Ademais, quatro meias colunas de ordem coríntio com parte do fuste, com presença de anel e caneluras, estão dispostas nas duas extremidades e no centro da fachada, delimitando o acesso principal à edificação.

⁹Informações segundo entrevistas feitas durante a pesquisa e conforme consta em SILVA,C.;RODRIGUES, R.; CUCHIARA, P. et al.1998, p.6(acesso restrito).

Figura 5 – prédio-sede atual da Polícia Federal



Fonte: fotografia de Vivian Paulitsch (editada), 2021.

No segundo pavimento, temos janelas de verga reta com coroamento ornamental de frontões arqueados e ondulados, emoldurados com distintos elementos escultóricos e nastos volteados. Em duas janelas, localizadas acima do acesso principal, existem gradis em ferro. Entre os dois pavimentos, observamos a existência de frisos com ornamentos e dentículos. No pavimento térreo, vemos a presença de bossagem em alvenaria, as janelas também possuem verga reta com duas folhas de janela, seccionadas em vidros e veneziana de madeira até meia altura, emolduradas com elementos geométricos, escultóricos, nastos e arabescos. O acesso principal possui uma porta de duas folhas de madeira almofadada. A base das meias colunas estão presentes neste pavimento, com ornamentação geométrica conforme o restante da composição. Abaixo, uma imagem ilustrativa destes aspectos:

Figura 6 – prédio-sede atual da Polícia Federal
(detalhes da fachada)



Fonte: fotografia de Vivian Paulitsch (editada), 2021.

Após historicizar a edificação do atual prédio-sede da Polícia Federal, em Rio Grande/RS, bem como apresentar algumas informações relacionadas à análise do seu estilo arquitetônico, passaremos à reflexão sobre as atividades desenvolvidas pelo já referido projeto de pesquisa e extensão.

A ampliação do conceito de patrimônio e a educação patrimonial

A Constituição de 1988 trouxe importantes alterações no campo do patrimônio, ocasionando uma ampliação do conceito, o qual antes estava atrelado aos preceitos apontados pelos Decreto-Lei N° 25, de 30 de novembro de 1937, e estava voltado “à proteção de edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos” (IPHAN, 2012, p. 18). Naquele momento, a definição de patrimônio era bem restritiva e fazia referência ao “conjunto de bens móveis e imóveis (...) cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a

fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (BRASIL, 1937). Em outras palavras, a adoção desta legislação implicou na exclusão de boa parte da população de se ver representada.

Não obstante, o grande marco transformador quanto à nova concepção para o patrimônio surgiu a partir de meados da década de 1970, no momento em que os aspectos material e imaterial passaram a constituir pauta de discussão neste campo. Este debate acabou florescendo no texto da Constituição Federal de 1988, mais especificamente, no artigo 216, o qual dispõe que o patrimônio é constituído por bens materiais e imateriais representativos da identidade e da memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, a saber:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer, viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – as obras, objetos, documentos, edifícios e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (Artigo 216 da Constituição Federal do Brasil).

De acordo com Yussef Salomão de Campos, “nunca se havia observado uma descrição tal qual essa, que possibilitou a inserção de categorias antes não atendidas, bem como cingir culturas locais até então marginalizadas pelas políticas públicas de patrimonialização” (2020, p. 43) e, além de concordarmos com o pensamento do professor Yussef, vamos acrescentar que esta ampliação também possibilitou que a temática do patrimônio cultural fosse contemplada em diversos currículos acadêmicos de cursos de graduação do país, numa abordagem que tem se mostrado dinâmica, interdisciplinar e até mesmo propositiva, em termos da realização de muitos projetos, não só de pesquisas mas, ainda, de práticas de ensino e extensão neste campo.

Sobre este ponto, há que se mencionar que estas alterações são fruto, justamente, de toda a caminhada decorrente da década de 70 e da própria ampliação do conceito de patrimônio, originária a partir da Constituição de 1988, a qual instituiu uma maior abrangência para o conceito de patrimônio, reconhecendo a sua constituição a partir de elementos materiais e imateriais; isto é, passou a integrar a cultura em seus mais diferentes suportes e representações. Mas, mais do

que isso, de acordo com Fernandes (2008), a referida Carta Magna buscou corrigir a omissão anterior no que diz respeito aos grupos formadores da sociedade brasileira e à preservação das suas manifestações culturais para gerações futuras, conforme aponta Fonseca:

É, portanto, a partir de uma reflexão sobre a função do patrimônio e de uma crítica à noção de patrimônio histórico e artístico, que se passou a adotar – não só no Brasil – uma concepção mais ampla de patrimônio cultural, não mais centrada em determinados objetos – como, por exemplo, os monumentos –, e sim numa relação da sociedade com sua cultura (FONSECA, 2003, p. 67).

Dentro deste contexto, de ampliação do conceito de patrimônio, emergem novas práticas relacionadas não somente à sua salvaguarda mas, também, condizentes à difusão de atividades que têm como escopo o aspecto educacional a partir do patrimônio cultural, como é o caso da Educação Patrimonial.

Segundo as diretrizes do Iphan, a Educação Patrimonial pode ser definida como “todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações” (IPHAN, 2014) mas, mais do que isto, esta definição também aponta “que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural” (idem). Tais preceitos seguem a perspectiva já apontada pelo francês Hugues de Varine (2012), o qual indica a Educação Patrimonial como uma ação de caráter global, voltada para a população e o seu território, a qual pode ocorrer tanto no ensino formal como no não formal, direcionada ao desenvolvimento local. Além disso, para ele, a atividade não pode consistir somente na mera aquisição de conhecimentos relativos ao patrimônio ou, simplesmente, na realização de uma animação cultural, como muitas vezes ocorre.

Como podemos perceber, existe uma clara aproximação entre estas duas definições, tanto que ambas apresentam pontos em comum, como é o caso do seu caráter educativo, que pode ocorrer de modo formal e informal ou, ainda, o aspecto da representatividade e do interesse da coletividade.

Sobre os pressupostos originais da Educação Patrimonial, vale

mencionar que remontam à década de 1970, na Inglaterra, momento em que as metodologias da Heritage Education cruzaram fronteiras mundo afora. No Brasil, esta prática passa a ter espaço a partir da década de 1980, mais especificamente, com a realização do Seminário sobre o “Uso educacional de museus e monumentos”, atividade realizada no Museu Imperial, em Petrópolis/RJ, no ano de 1983 e, posterior publicação do Guia básico de Educação Patrimonial¹⁰. Naquele momento, a experiência teve como ponto de partida o patrimônio museal; porém, cabe destacar que esta prática incitou o desenvolvimento de atividades relacionadas ao educar com o patrimônio em diversos campos e, hoje, tais práticas têm se mostrado dinâmicas e vão muito além da relação patrimônio museal e ensino.

Ademais, vale registrar que Mário de Andrade, já em 1936, no anteprojeto apresentado anteriormente à legislação de 1937, apresentava uma preocupação com o aspecto educativo a partir do patrimônio afirmando que “não basta ensinar o analfabeto a ler. É preciso dar-lhe contemporaneamente o elemento em que possa exercer a faculdade nova que adquiriu. Defender o nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização” (DUARTE, 1977, p. 153-154). Para tanto, Mário de Andrade, chegou a apresentar uma sugestão pedagógica relativa aos museus, por intermédio da criação do que ele denominou como a “Sala do Café”¹¹. Muito embora este início das atividades de Educação Patrimonial esteja atrelado à experiências museais conforme mencionamos no parágrafo anterior, a partir deste momento houve um cruzamento de fronteiras, tendo em vista que:

[...] para além dos museus, onde se iniciaram as práticas de Educação Patrimonial, esta se irradiou para os arquivos e iniciativas cujo cerne consistia em práticas em torno do patrimônio cultural. Desse modo,

¹⁰ Com relação a este início, vale destacar a ressalva apontada por GIL e POSSAMAI (2014, p. 17) de que “é importante observar que o Museu Imperial, como todos os museus nacionais naquele contexto, pertencia institucionalmente ao IPHAN, o que contribuiu para explicar a difusão da chamada Educação Patrimonial para outras iniciativas, além dos museus”.

¹¹ “Imagine-se a ‘Sala do Café’, contendo documentalmente desde a replanta nova, a planta em flor, a planta em grão, a apanha da fruta; a lavagem, a secagem, os aparelhos de beneficiamento, desmontados com explicação de todas as suas partes e funcionamento; o saco, as diversas qualidades de café beneficiado, os processos de exportação, de torrefação e de manufatura mecânica (com máquinas igualmente desmontadas e explicadas) da bebida e enfim a xícara de café. [...] Tudo o que a gente criou sobre o café, de científico, de técnico, de industrial, reunido numa só sala” (ANDRADE, 1981, p. 44).

pode-se considerar certo consenso acerca da importância de tais ações que, não necessariamente, convergiam metodologicamente com a proposta inicial do Museu Imperial, Educação Patrimonial passou a denominar, de modo difuso, as práticas educativas em torno do patrimônio cultural em sentido amplo. (GIL; POSSAMAI, 2014, p. 19).

No tocante à expansão das atividades de Educação Patrimonial, ainda, ressaltamos a sua inserção como componente curricular de diversos cursos de graduação do país, possibilitando uma ampliação no campo da aprendizagem e de práticas pedagógicas, na medida em que o patrimônio cultural passou a ser visto como uma ferramenta à difusão de práticas de extensão e de ensino e, nesta direção, o presente texto tem como objetivo apresentar alguns relatos e análises do Projeto de Pesquisa e Extensão denominado “*Entre ações e projeções: redescobrimo o patrimônio histórico da cidade do Rio Grande*”, desenvolvido por docentes do Instituto de Letras e Artes e Instituto de Ciências Humanas e da Informação da Universidade Federal do Rio Grande (FURG).

Breve relato das atividades desenvolvidas

Indo ao encontro do preconizado por Fraga, no sentido de “tomar a cidade em seu sentido educador, isto é, como espaço educativo, como um laboratório de aprendizagem e de gestão cultural que converge para uma proposta de ensino que a potencialize como educadora” (2010, p. 223), elaboramos algumas atividades com vistas ao (re) conhecimento do prédio-sede da atual Polícia Federal do Rio Grande, bem como do seu histórico e ligação deste com a história local e, ainda, a análise da sua fachada a partir do estudo – e visualização – de elementos de natureza artística, tudo visto/trabalhado a partir da perspectiva da “educação do olhar”¹²; na direção da sensibilização dos discentes acerca da realidade rio-grandina, através da análise e problematização “das múltiplas tramas históricas e formas de habitar, registrar e narrar a cidade, comunicando sobre os diferentes percursos dos grupos sociais e de suas maneiras de inscrever e disputar sua memória nos vários

¹² Sobre este ponto, Maria Cristina C. de A. Carneiro enfatiza que “a educação do olhar para a formação humana mostra-se oportuna diante do agravamento da crise de valores que atinge o âmago da sociedade brasileira, requerendo de nós, professores, novos olhares a fim de reagirmos sobre a dura realidade na qual existimos e estamos vivendo” (2005, p. 34).

ambientes citadinos” (FRAGA, 2010, p. 222).

Para participar da atividade de Educação Patrimonial foram convidados grupos de alunos da educação infantil, do ensino fundamental e professores de ambos os grupos; assim como acadêmicos e professores da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), tendo em vista que, conforme assevera Grunberg (2007, p. 05), as atividades de Educação Patrimonial consistem em um “processo permanente e sistemático de trabalho educativo, que tem como ponto de partida e centro o Patrimônio Cultural com todas as suas manifestações”, ou seja, o patrimônio é tido como fonte primária de pesquisa e de conhecimento e a aprendizagem ocorre de um modo dinâmico, a partir do bem cultural.

Sobre este ponto, destacamos que o desenvolvimento da atividade proposta teve início na sala de leitura da Biblioteca Rio-Grandense, mediante a apresentação de vários documentos nos expositores, quais sejam: documentos históricos alusivos à construção dos Molhes da Barra do Rio Grande, fotografias antigas, jornais presentes no acervo da Biblioteca Rio-Grandense, livros publicados pelos professores relacionados ao tema em análise e o material paradidático (formato de *folders*). Dentro da proposta também foi contemplada visita na edificação do Prédio da Polícia Federal, que se situa próxima à Biblioteca abordando o histórico, história oral e elementos arquitetônicos.

Ademais, convidamos dois professores¹³ do Curso de História da FURG para proferirem palestras sobre o histórico da Barra e do Porto Novo, a denominada “Barra Diabólica”, bem como acerca da importância do acervo da Biblioteca Rio-Grandense para a pesquisa local.

Além disso, apresentamos *slides* com todo o histórico do prédio em estudo, contendo uma expressiva coletânea de imagens fotográficas antigas e atuais sobre a edificação, e este material oportunizou um contato direto com aspectos da história da Arte, “seja através da arquitetura, da urbanização, dos monumentos, das esculturas ou das artes plásticas, que se transformaram em um espaço privilegiado para o diálogo e para a intersecção entre o conhecimento histórico, a experiência estética, a ressignificação mnemônica e a produção artística” (Excerto da entrevista com o Prof.

¹³ Luiz Henrique Torres, professor titular do Instituto de Ciências Humanas e da Informação (ICHI), junto à Universidade Federal do Rio Grande; e Professor Francisco das Neves Alves, professor titular do ICHI-FURG e Presidente da Biblioteca Rio-Grandense.

Pablo Pinho, realizada em 11/12/2017).

Após a palestra com os dois historiadores e a apresentação das imagens, todos os alunos interagiram com o espaço visitando a exposição e recebendo, inclusive, exemplares de obras sobre o tema. Abaixo, apresentamos uma imagem que reflete o momento de encontro dos pequenos com o acervo da Biblioteca Rio-Grandense:

Figura 8 – Evento no salão da Biblioteca Rio-Grandense



Fonte: fotografia de Altemir Viana, 2017(editada).

Após este momento, os alunos foram divididos em grupos. Os do ensino fundamental, acompanhados de seus docentes, foram visitar o prédio distante poucos metros da Biblioteca. Lá realizaram agenda na busca de elementos sobre o contexto da arquitetura da cidade, urbanismo, relação do desenvolvimento da cidade em relação ao Porto, ao Prédio da Alfândega e o Mercado Público.

Em concomitante, os alunos da educação infantil, primeiramente, visitaram a exposição e as dependências da Biblioteca e, ao final, receberam um croqui com o desenho do prédio para, de forma lúdica, desenvolverem uma atividade de pintura. Na sequência da atividade, os discentes foram acompanhados até o prédio, munidos de lupas fornecidas pela nossa equipe, com o intuito de uma possível identificação dos elementos presentes na ilustração trabalhada anteriormente. Tais atividades foram pensadas porque a Educação Patrimonial “proporciona o estudo do objeto cultural diretamente na fonte, propiciando, dessa forma, a afetividade, a valorização e o conhecimento por meio de uma relação sensível/cognitiva, através de atividades de percepção/observação, registro, estudo de outras fontes e recriação do objeto ou da manifestação cultural em análise” (SCHIAVON; SANTOS, 2013, p. 86).

Figura 9 – Crianças realizando a “leitura” do prédio-sede da atual Polícia Federal



Fonte: fotografia de Altemir Viana, 2017.

Dessa forma, as atividades foram pensadas de modo que não houvesse o “despovoamento de sentidos”, visando o despertar do olhar do(s) sujeito(s) que circula(m) e caminha(m) em torno desta edificação mas, que não a percebe(m) como um local de potencialidades, como um espaço de histórias e memórias, que

traduz a cidade como um espaço histórico, social e cultural. Nessa esteira, entendemos necessário buscar, urgentemente, um filtro, uma lupa, para que as novas gerações possam encontrar, ainda, que frente às atuais formas de relações de produção, de poder ou interpessoais, a certeza de que as gerações posteriores não se desprenderão completamente do passado; pelo contrário, cumprindo o eterno ciclo da natureza, sempre há de se fazer presente em todas as formas de manifestações culturais, em seu eterno movimento de convergência. Dentro dessa perspectiva, aponta Giulio Carlo Argan:

Por cidade não se deve entender apenas um traçado regular dentro de um espaço, uma distribuição ordenada de funções públicas ou provadas, um conjunto de edifícios representativos e utilitários. Tanto quanto o espaço arquitetônico, com o qual de resto se identifica o espaço urbano tem os seus interiores. São espaços urbanos o pórtico da basílica, o pátio e a galeria do palácio público, o interior da igreja. Também são espaço urbano os ambientes das casas particulares; e o retábulo sobre o altar da igreja, a decoração do quarto de dormir ou da sala de jantar [...] (ARGAN, 2005, p. 43).

Por outro lado, evidenciamos que a ação educativa desenvolvida com os alunos das Escolas Municipais, possibilitou a observação e a análise da urbe e da sua arquitetura enquanto um museu a céu aberto. Para os discentes, a experiência consistiu numa espécie de imagem a ser decupada e apreendida em seu contexto sociocultural, histórico e estético. Ademais, ainda, destacamos que, como educadores, precisamos provocar em nossos educandos um processo contínuo de pensar a Educação Patrimonial como uma forma ativa de valorização e capacitação do passado de modo a usufruirmos da nossa identidade cultural presente (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 11).

Desse modo, a atividade de Educação Patrimonial consistiu em um meio de inserção social e cultural. E os estudantes, ao se tornarem multiplicadores da história local, onde vivem e estudam, tornaram-se mais preparados para a recepção diária de imagens que visualizaram, por meio de novas abordagens sobre conteúdos desenvolvidos em sala de aula, tendo em vista que “o patrimônio servindo-se de tudo que possa representar a história, é documento para a educação, seja escolar, seja no museu” (GIL; POSSAMAI, 2014, p. 22). No caso em específico, os alunos tiveram a oportunidade de contato direto com conteúdos de história da Arte, de modo que não mais os perceberão de forma passiva, mas com significados mais amplos. De acordo com o Prof. Pablo Pinho:

A criação artística foi o meio pelo qual os educandos registraram e reinventaram uma materialidade sentida que pulsa e que grita diante da invisibilidade. Percursos e (re)percursos foram traçados e retraçados em direção a novos olhares inquietantes e questionadores. Em cada desenho e em cada pintura um olhar particular e sensível emerge das linhas, das formas, das cores e das memórias que compõem esse universo repleto de matizes culturais, étnicos, sociais e afetivos que é a cidade (Excerto da entrevista com o Prof. Pablo José Pinho, em 11/12/2017).

Ao realizarmos este tipo de atividade, ansiamos que a mesma constitua-se como uma ferramenta de coesão entre: ensino-comunidade e patrimônio cultural, não só na retórica mas, efetivamente, a partir das percepções dos alunos ao construírem as suas próprias identidades, como membros/atores da comunidade local e, ao nosso ver, isto ocorreu, haja vista que “os educandos puderam perceber que a História e a Arte, que pulsam nestes lugares de memória, não se revelam aos transeuntes apressados que vivenciam a urbe no seu cotidiano, mas sim àqueles olhares que se mostram inquietantes, vivos e plurais nos seus mais sutis detalhes esquecidos pelo tempo e alheios aos passos corriqueiros” (Excerto da entrevista com o Prof. Pablo José, em 11/12/2017). Abaixo, uma imagem referente à atividade de pintura e de (re)conhecimento do prédio analisado.

Figura 10 – alunos pintando a fachada do prédio-sede da Polícia Federal



Fonte: fotografia de Altemir Viana, 2017.

Desse modo, acreditamos ser possível considerar que, na contemporaneidade, o patrimônio é entendido como fruto das relações sociais estabelecidas em determinados contextos econômicos, políticos e sociais, no processo de transformação do meio natural, a partir da compreensão de que “[...] tudo o que representa a impressão, seja no nível material, ou no simbólico, representa uma interferência humana, que significa cultura, a qual, por sua vez, também é patrimônio cultural” (MARTINS, 2006, p. 42).

Assim sendo, o desenvolvimento de atividades voltadas à Educação Patrimonial deve orientar “os estudantes e os educadores a identificar ‘signos’ e os significados atribuídos aos bens materiais e imateriais por uma determinada comunidade” (SCHIAVON; SANTOS, 2013, p. 63), de modo a oportunizar um ensino crítico e reflexivo mas, mais do que isto, por intermédio destas atividades, também podemos instigar uma “desconstrução da patrimonialização, revelando os processos sociais e históricos que a geraram; dessacralizando o sagrado, não para promover a destruição dos ídolos, mas para desvelar sua profunda humanidade” (GONÇALVES, 2014, p. 92).

À título de considerações finais

A finalidade deste artigo consistiu em demonstrar a ligação do edifício-sede da atual Polícia Federal com a história rio-grandina, por meio de um projeto de Educação Patrimonial, bem como refletir sobre aspectos da disciplina de Artes por meio da análise de aspectos da fachada da mencionada edificação. Nesta esteira, o estudo buscou destacar: **a)** a importância do prédio onde ocorreram as primeiras medidas administrativas do poder público local, as quais deram início à construção das obras do Cais do Porto; **b)** as características arquitetônicas do edifício; **c)** a resignificação do imóvel, através do histórico das empresas e das histórias de seus funcionários, que ocuparam o local ao longo do tempo, na medida em que contribuíram para o desenvolvimento da região, conferindo-lhe importantes características como polo de atividades extrativas da pesca e navegação marítimas.

Dessa forma, apostamos na realização de atividades de Educação Patrimonial, em um formato interdisciplinar, de modo a proporcionar aos educandos o acesso aos meios culturais, evitando com isso, a desestabilização social que os meios de comunicação promovem sublimando as diferenças, pois segundo Erich Fromm, “a humanização do homem, a partir de uma sensibilização cultural, social e intelectual, só é possível com a ampliação de seu repertório, por meio da construção do conhecimento acerca do sentido e/ou significado” (FROMM, 1987, p. 159).

Em síntese, a atividade da qual este artigo tratou, além de fortalecer em seus mediadores a experiência no campo da aprendizagem interdisciplinar, buscou ampliar o conhecimento do público alvo no campo da arte, história, cultura, educação e, sobretudo, o sentimento de pertencimento comunitário com vistas à investigação de aspectos do patrimônio cultural local.

Referências

ALVES, Francisco das Neves. **Porto e Barra do Rio Grande**: história e memória portuária. Porto Alegre: CORAG, 2008.

ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. In: **Cartas de trabalho**: correspondência com Rodrigo Melo Franco de Andrade (1943-1945). Brasília: MEC/SPHAN/FNpM, 1981.

ARGAN, Giulio Carlo. **História da Arte como história da cidade**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- CAMPOS, Yussef Salomão de. Patrimônio e a Constituição de 1988. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (Org.). **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas: Edit. da UNICAMP, 2020.
- CARNEIRO, Maria Cristina C. de A. Cidadania: a educação do olhar. **Revista de Educação do Cogeime**, Ano 14, nº 27, dez. 2005, p. 33-41.
- CUCHIARA, P. R. M. et al. **Memorial**. Diretrizes para restauração do prédio Delegacia da Polícia Federal. Rio Grande, 1998. (acesso restrito)
- DUARTE, Paulo. **Mário de Andrade por ele mesmo**. São Paulo: Hucitec, 1977.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além de *pedra e cal*: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 56-76.
- FRAGA, Hilda Jaqueline de. A cidade como documento no ensino de história. In: POSSAMAI, Zita Rosane (Orgs.). **Leituras da cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010, p. 221-233.
- FROOM, Erich. **Ter ou ser?** Rio de Janeiro: LTC, 1987.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de C. A. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- GIL, Carmem Zeli de Vargas; POSSAMAI, Zita Rosane. Educação Patrimonial: percursos, concepções e apropriações. **Revista Mouseion**, Canoas, nº 19, dez., 2014, p. 13-26.
- GONÇALVES, Janice. Da educação do público à participação cidadã: sobre ações educativas e patrimônio cultural. In: Revista **Mouseion**(Unilasalle), vol. 19, 2014.
- GORELIK, Adrián; PEIXOTO, Fernanda A. (Org.). **Cidades sul-americanas como arenas culturais**. Tradução de Francisco José M. Couto. São Paulo: Ed. Sesc São Paulo, 2019.
- GRUNBERG, Evelina. **Manual de atividades práticas de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2007.
- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em 20 de fev., às 18h e 39min.
- <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10647933/artigo-216-da-constituicao-federal-de-1988>. Acesso em 22 de fev., às 21h e 19min.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). **Patrimônio cultural imaterial**: para saber mais. Texto e revisão de Natália Guerra Brayner. 3. ed. Brasília: Iphan, 2012.
- Jornal **Diário do Rio Grande**, Rio Grande, 8 de janeiro de 1896.
- Jornal **Diário do Rio Grande**. Rio Grande, Ano de 1894.

Jornal **Diário Oficial**. Rio de Janeiro, 2 de julho de 1908.

MARTINS, Clerton. Patrimônio cultural e identidade: significado e sentido do lugar turístico. In: MARTINS, Clerton (Org.). **Patrimônio cultural: da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006. p. 39-50.

PAULITSCH, Vivian da Silva. **Rheingantz: uma vila operária em Rio Grande**. Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

POSSAMAI, Zita Rosane. Cidade: escritas da memória, leituras da história. In: POSSAMAI, Zita Rosane (Orgs.). **Leituras da cidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2010, p.209-220.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert; SANTOS, Tiago Fonseca dos. **Patrimônio, ambiente e ensino em Rio Grande**: elementos para interpretação e valorização dos bens culturais. Rio Grande: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande, 2013.

VARINE, Hugues. **As raízes do futuro**: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

WEIMER, Günter. **A vida cultural e a arquitetura na República Velha Rio-Grandense 1889-1945**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

Entrevista:

Prof. Pablo José Mateus do Pinho, realizada em 11/12/2017.